

Diluindo a fronteira entre cultura e política: processos insurgentes, arquitetura e ativismo na periferia de São Paulo.

Sessão Temática 3: Planejamento e participação: instrumento e possibilidades do fazer urbanístico

Abordagem 3: A relação entre projetos coletivos e o exercício da democracia

Maria Carolina Maziviero

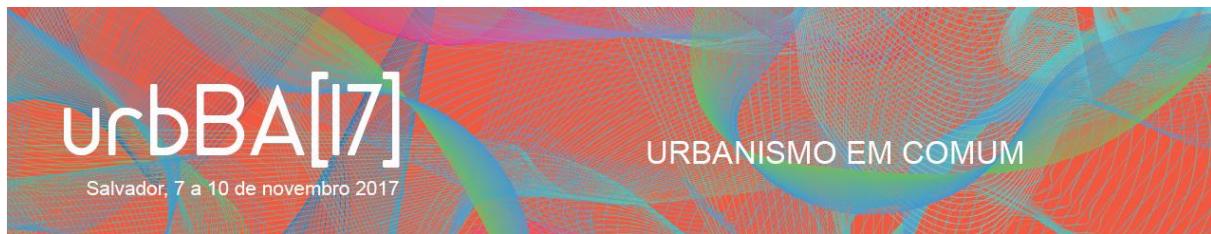
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP, professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Judas Tadeu/SP e líder do Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital. mcarolmazi@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho aborda novas formas de experimentações espaciais na cidade de São Paulo desenvolvidas por ações autogeridas e transversais às governamentais, comandadas por arranjos organizados de forma anárquica e horizontal, flexíveis e situacionais, chamados de “coletivos urbanos”. Observa-se que as ações desses grupos têm crescido na cidade por meio de pequenas revoluções no território que introduzem avanços significativos na conquista do direito à cidade através de novos modelos de participação cívica. A atuação desses coletivos em São Paulo foi ampliada a partir das manifestações de junho de 2013, e o maior foco de atenção tem sido dado as ações que ocorrem no vetor centro-sudoeste da cidade. Nesse ínterim, há duas questões centrais que guiam esse artigo: i) entender como esse “urbanismo insurgente” acontece nas periferias da cidade, onde a lógica do comum, ou do fazer comum, já está presente há muito tempo nas estratégicas de sobrevivência, nas relações informais de compartilhamento e engenhosidade coletiva. Nos atentamos, em especial, aos extremos das zonas Norte e Leste, onde as dinâmicas sociais e econômicas são muito diferentes do vetor centro-sudoeste. ii) Aprofundar a compreensão sobre o processo de gestão democrática, compartilhada e participativa dessas ações, entendendo sua dinâmica organizacional e de viabilização das atividades.

PALAVRAS-CHAVE

Urbanismo insurgente; periferias de São Paulo; gestão democrática; ações autogeridas; coletivos urbanos.



Diluindo a fronteira entre cultura e política: processos insurgentes, arquitetura e ativismo na periferia de São Paulo.

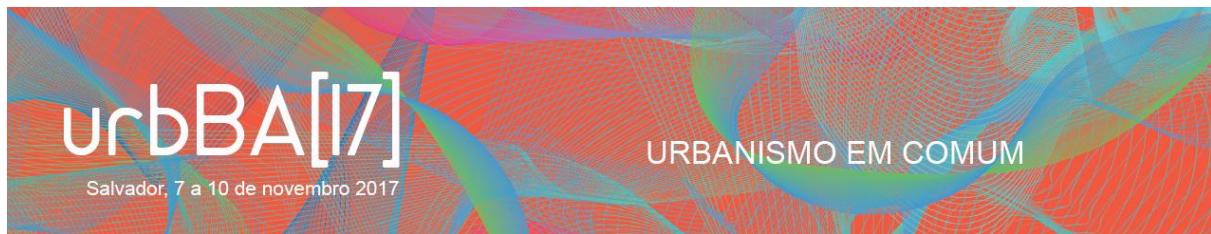
Do esvaziamento do espaço público à origem dos coletivos urbanos no Brasil.

O golpe de estado que instituiu no país uma ditadura militar criou condições adversas de governabilidade, constituindo-se em obstáculos à formação de um projeto de nação que levasse em conta os interesses coletivos, sempre rechaçados. Tornaram-se, também e principalmente, entraves à constituição de um projeto de Modernidade, que abarcasse a formação de um Estado de direito e da cidadania como sustentação de um projeto democrático de país. Além disso, a cultura política do regime militar transformou a reunião no espaço público em uma ameaça à ordem pública, convertendo o encontro de pessoas na rua em um ato subversivo, “em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua” (LEFEBVRE, 2002, p. 31). O fechamento e o esvaziamento do espaço público, assim, contribuíram para a interrupção do processo de estruturação da construção democrática nas décadas de 1960 e 70.

Nos últimos anos desse regime, o Brasil apresentava vários problemas econômicos que, somados ao fortalecimento das reivindicações sociais, desde meados dos anos 1970, culminou no desenvolvimento de uma ampla variedade de movimentos populares de base. Assim, a partir de 1974, a crise de legitimidade do regime teve como reflexo a luta pela volta do estado de direito e o início do debate em torno da questão dos direitos humanos, tornando inviável a continuação do governo militar.

A agregação das lideranças dos movimentos sociais urbanos em prol da luta pela redemocratização na década de 1980 se dá, entretanto, ao mesmo tempo em que o país passava por um acirramento das condições de vida nos grandes aglomerados urbanos. A recessão econômica somada à desindustrialização e à expansão das atividades terciárias, ao empobrecimento das camadas trabalhadoras, ao deslocamento de parte da classe média e alta para fora do centro urbano, e a ampla difusão do crime, acentuou a desigualdade em cidades como São Paulo. Ao longo dos anos 1970, a cidade experimentou um intenso processo de favelização, e este passa então a ser a expressão espacial das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. A taxa de crescimento da população favelada, por exemplo, entre os anos de 1973 e 1980 em São Paulo é maior do que a taxa de crescimento do município neste período.

Nesse quadro, a emergência dos movimentos populares, especialmente nas periferias, tinha como pauta determinante a luta por melhorias nas condições de vida contra o crescente processo de exclusão dos benefícios urbanos. A articulação de moradores reivindicando seu direito à cidadania perpassava por diferentes frentes de luta, como a regularização de loteamentos clandestinos, movimentos por infraestrutura básica, por equipamentos de saúde, etc. Esses movimentos, que se multiplicaram a partir dos anos 1970, estavam estreitamente relacionados a problemas de produção, distribuição e gestão dos meios de

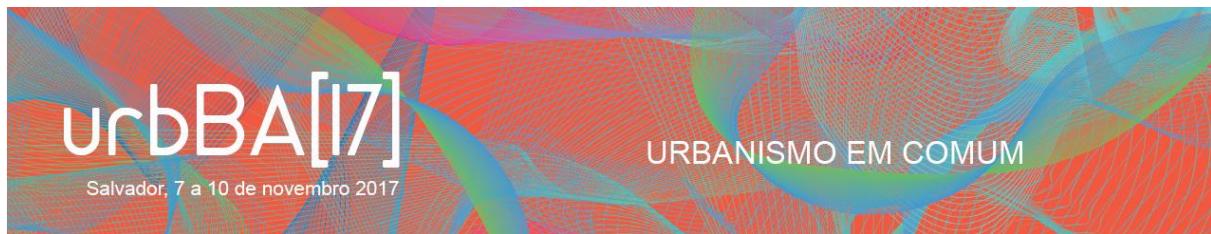


consumo coletivos necessários à vida cotidiana. A cidadania, reivindicada por penalizados e indignados pelas instabilidades de uma sociedade ainda em processo de constituição do povo, conseguiu de fato ampliar-se ancorada sobretudo pelos direitos constitucionais de igualdade e participação. A formação dos Conselhos Populares, na década de 80, como porta-vozes legítimos da população representaram o estabelecimento de um espaço efetivo de negociação em oposição a uma concepção de confronto (SOUTO e PAZ, 2012).

Já quando o neoliberalismo globalizante atingiu o país, nos anos 1990, o Estado brasileiro aderiu à receita internacional de governo mínimo, dando maior espaço à ideologia e às políticas privatistas, e declinando em investir em infraestrutura ou em políticas de atendimento social. A instauração do neoliberalismo provocou um aumento da concentração de renda da elite, restaurando, no cenário mundial, os privilégios dos grupos que tiveram poder e renda diminuídos após a Grande Depressão e a II Guerra Mundial (HARVEY, 2003). Localmente, dada a conjuntura histórico-política brasileira, a entrada neoliberal e a abertura econômica acarretaram não só transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, mas também no espaço construído, acentuando ainda mais os contrastes socioculturais.

Neste período, cresceu expressivamente o número de shoppings centers, condomínios fechados, segurança privada e controle de circulação. A instauração de uma cidade fragmentada resultou na desqualificação e abandono do espaço público, aprofundando a segregação e reduzindo as pessoas a uma vida simplificada em núcleos homogêneos (CALDEIRA, 2000). A rua, como espaço de encontro e diálogo entre os diferentes, é algo fundamental para a construção de uma cultura de tolerância.

Entretanto, no final dos anos 1990, com os novos arranjos participativos conquistados a partir da nova constituinte, há uma retomada da reconstrução e da ressignificação dos espaços públicos e de uso coletivo das grandes cidades brasileiras, sobretudo em São Paulo, agora pelo viés da heterogeneidade e da diferença como forças libertadoras contra os resquícios do autoritarismo e do conservadorismo (SANTOS & AVRITZER, 2002). Há uma redefinição da luta em favor da democracia e da cidadania através de iniciativas culturais e políticas de distintas orientações e naturezas, agora despidas dos modelos narrativos anteriores, universais e totalizantes, das certezas absolutas (JAMESON, 2004). Para Harvey (2003), na pós-modernidade nada de eterno configura qualquer atividade humana. Nas suas bases estão a fragmentação e a efemeridade, que constituem o caos e uma certa irracionalidade ditada pelo múltiplo, pelo nomadismo e pela diferença. É nessa chave que se dão as novas formas de apropriação do espaço por meio dessas ações. Munidos de um vocabulário conceitualmente voltado para a proposição de caminhos mais imaginativos, sensíveis e dinâmicos para a vida urbana, os coletivos se apropriam da cidade opondo-se ao processo de formulação do território a partir da projeção do medo e da violência. Desta forma, os levantes populares, a retomada das ruas e dos espaços público e de uso coletivo aparecem como busca pelo direito à cidade, por uma cidade mais humana, viva, inclusiva, segura e saudável.



Coletivos periféricos em São Paulo: práticas de resistência ativa à lógica normativa do neoliberalismo.

O novo ciclo de protestos contra o modelo econômico e as estruturas dos governos representativos, que ganharam notável expressão global a partir de 2011, acentuaram as tensões entre os movimentos sociais urbanos e o Estado, e agravaram a crise de legitimidade da atual democracia representativa. A condição econômica mundial, permeada pelo aumento do desemprego e pela relação desfavorável entre receitas e despesas, que resultou em medidas de austeridade da maioria dos governos, pode ser apontada como a razão fundamental dos protestos (WALLERSTEIN, 2012).

Os paradigmas de intervenção urbana tradicionais, tanto modernistas quanto neoliberais, parecem não mais viáveis de execução diante dos problemas de governança e de conflitos sociais em megacidades como São Paulo, traduzindo a chamada “Crise de urbanização planetária”, por Harvey (2015). Neste contexto, os grupos ativistas colocam-se criticamente em oposição às formas limitadoras de acesso ao urbano a partir da perspectiva da gestão partilhada e da possibilidade da construção de comuns urbanos. Diferem-se, entretanto, dos movimentos sociais urbanos tradicionais na medida em que àqueles são guiados por motes mais encerrados, com agendas fragmentadas em lutas setoriais. Já nos levantes populares atuais, a possibilidade dos múltiplos se coloca em todas as ações de resistência e mobilização. Delineia-se uma nova forma de fazer política através de outra lógica possível, a partir de princípios de horizontalidade e autonomia, retomando a ideia do comum urbano e das práticas de *commoning* para construir espaços baseados em um conhecimento local inseparável de uma experiência de vida comum participada, chamada, por La Cecla (1993), de experiência de diálogo em ato.

A partir da visibilidade das manifestações de junho de 2013, os coletivos se propagaram em proporção geométrica pelo Brasil, pautados notadamente por trabalhos de intervenção no espaço urbano com caráter de denúncia social. Por sua postura crítica ao status quo e às formas limitadoras de acesso ao urbano, essas formas associativas têm conduzido suas ações regidas pelo lema da cultura *maker* “Faça-Você-Mesmo”, defendendo o protagonismo cidadão para produzir, colaborativamente e com criatividade, atitude crítica e autonomia, a transformação da realidade (GERSHENFELD, 2012).

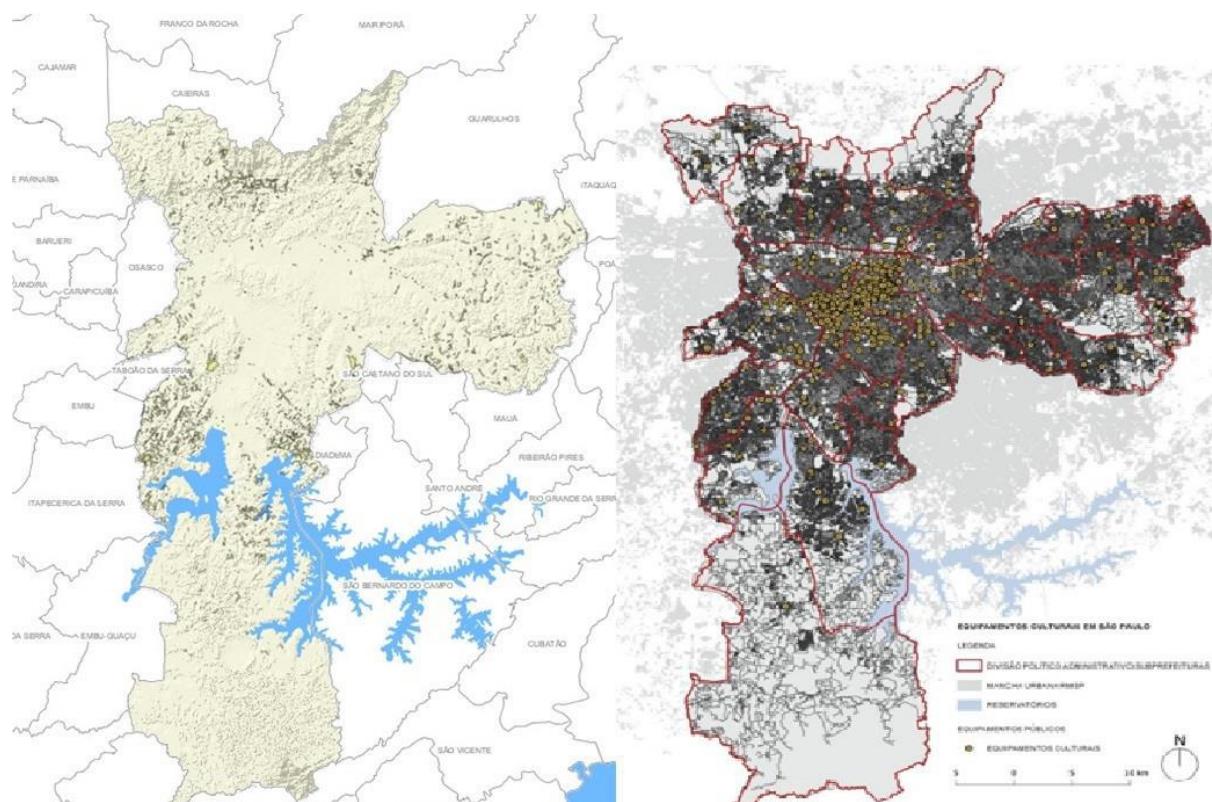
O conceito de coletivos urbanos não é novo. Esta prática pode ser encontrada na arquitetura e no urbanismo desde a década de 60 e 70, quando vários movimentos de rua contestavam a lógica modernista da produção do espaço (JACQUES, 2003). No Brasil, os coletivos herdaram aspectos das manifestações de performance, happenings e body art oriundos também das décadas de 60-70 por ícones como Lygia Clark, Helio Oiticica e Artur Barrio. Contudo, a realização efetiva dos grupos acontece de fato a partir da década de 90, com a retomada dos espaços públicos após seu esvaziamento durante o regime militar (1964-1985).

Os coletivos periféricos, no entanto, emergem nas lacunas deixadas pelo Estado por conta



da má distribuição de políticas públicas voltadas, sobretudo, para programas e equipamentos culturais. Ao comparar a localização das principais favelas com a dos centros culturais públicos e museus é possível notar esse descompasso (figura 1). Embora a relação existente entre tecnologia e território amplie e ressignifique o entendimento sobre a cidade, diluindo os limites e divisas consolidados nas últimas décadas (LEVY, 2000), a diminuta presença do Estado e de equipamentos públicos culturais nas franjas urbanas ainda se mostra substancial e evidente na tentativa emergente dos coletivos em mitigar o déficit cultural dessas áreas. Temáticas como empoderamento feminino, questões de raça e sexualidade, desigualdade socioespacial, conscientização ambiental, memória e qualidade de vida permeiam as ações como foco de debate. Contudo, percebe-se que o fortalecimento da cultura periférica, com afirmação de suas identidades e co-criação dos acontecimentos do real por meio de cartografias afetivas, por exemplo, é o grande mote da ação desses grupos (gráficos 1 e 2).

Figura 1: À esquerda, mapa com a localização das principais áreas de favela em São Paulo, e à direita, equipamentos culturais.



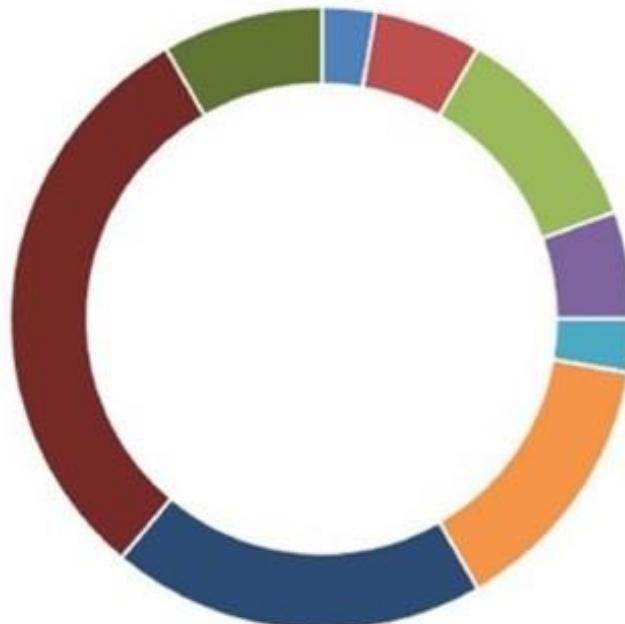
Fonte: PMSP, Base Cartográfica do Mapa Digital da Cidade, disponível em <geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Elaboração: Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital, 2017.

Gráfico 1 e 2: Principais motivações dos coletivos da Zona Leste e na Zona Norte de São Paulo, respectivamente.

- Conscientização Ambiental
- Distribuição
- Educação Pública
- Esporte
- Empoderamento civil
- Empoderamento feminino
- Fortalecimento da Cultura Periférica e democratização à cultura
- Injustiça social e desigualdade
- Memória

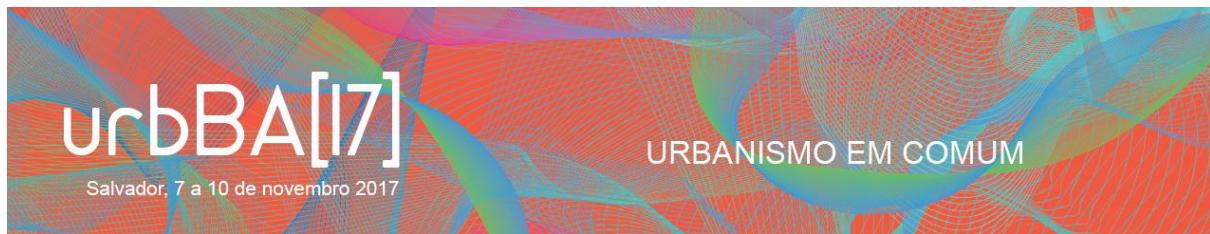


- Descentralizar o carnaval de rua da cidade
- Fomentar a leitura
- Incentivar o modal bicicleta
- Discussão e luta por políticas públicas
- Conscientização ambiental
- Resgatar e valorizar aspecto cultural
- Legitimar espaços públicos para a comunidade
- Democratização da cultura e fortalecimento da produção periférica
- Busca por melhorias à comunidade



Fonte: Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital, 2017.

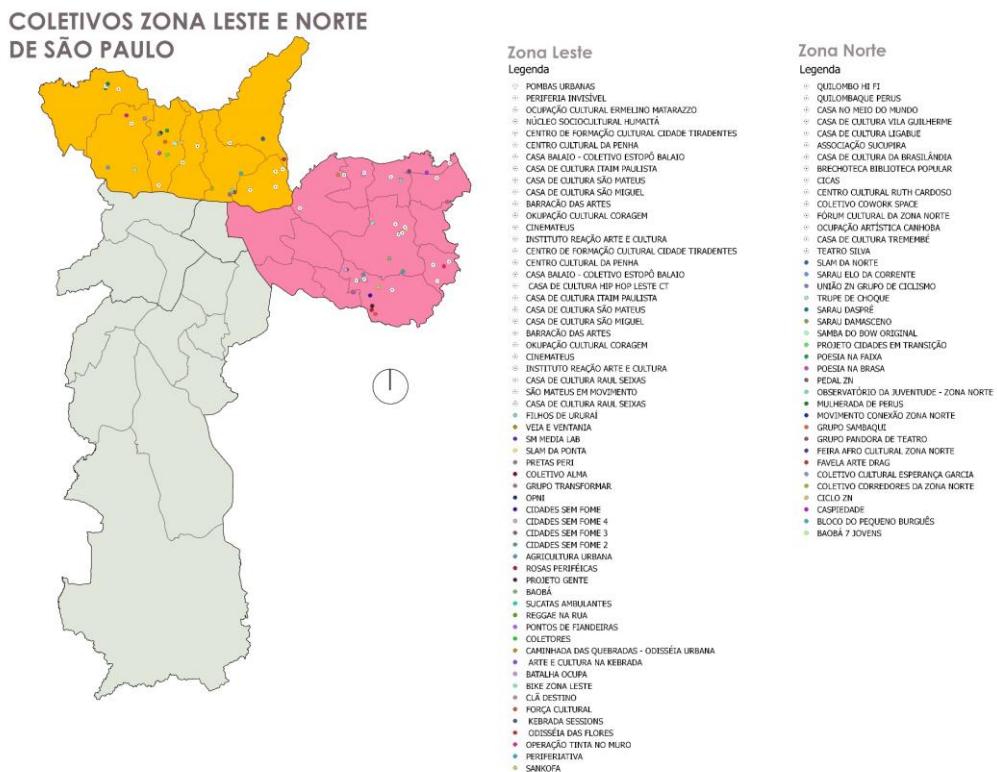
A experiência coletiva de apropriação de espaços públicos, de uso coletivo e/ou privados



como prática de resistência ativa à lógica normativa do neoliberalismo representa, hoje, o principal movimento de insurgência na periferia da cidade de São Paulo. Contudo, os grupos atuantes nas zonas Norte e Leste ainda são pouco conhecidos porque esse tipo de ação é mais difundido no vetor centro-sudoeste, onde há concentração de equipamentos culturais e investimentos públicos. As ações periféricas possuem caráter de denúncia social, com tentativa de melhoria de espaços a partir de ideias comunitárias, processos colaborativos possíveis pela inclusão digital e facilidade de comunicação via internet (CASTELLS, 1999; ROSA, 2011).

Verifica-se uma intensificação dessas mobilizações na periferia das zonas Norte e Leste, com realização de microintervenções espaciais que se assemelham entre si, devido as demandas e insurgências que os espaços periféricos têm em comum (figura 2). Vale ressaltar que a periferia sul da cidade de São Paulo, por volta de 1995, destacou-se no cenário nacional por conta do ativismo liderado por grupos de rappers que tratavam da condição do negro no Brasil e do crime na favela. Áreas como o bairro Capão Redondo foram consideradas centros de difusão da cultura hip-hop, e propulsoras da reconfiguração política e cultural da periferia de São Paulo. Por isso, essa porção da cidade continua, ainda hoje, a partilhar de um intenso movimento ativista já consolidado, compondo a consciência prática dos moradores da região.

Figura 2: Coletivos zonas Leste e Norte de São Paulo: resultado parcial de coleta.



Fonte: Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital, 2017.



Existe uma necessidade de permanência das ações e intervenções culturais na periferia, pois estas são as poucas ou únicas referências culturais para a comunidade local, o que difere dos coletivos das zonas tradicionais de cultura paulistana, pois estes possuem uma série de referências e ofertas culturais distribuídas no território. Por isso, a importância da longevidade dos coletivos periféricos (tabela 1).

Tabela 1: Tempo de Duração dos Coletivos da Zona Leste de São Paulo

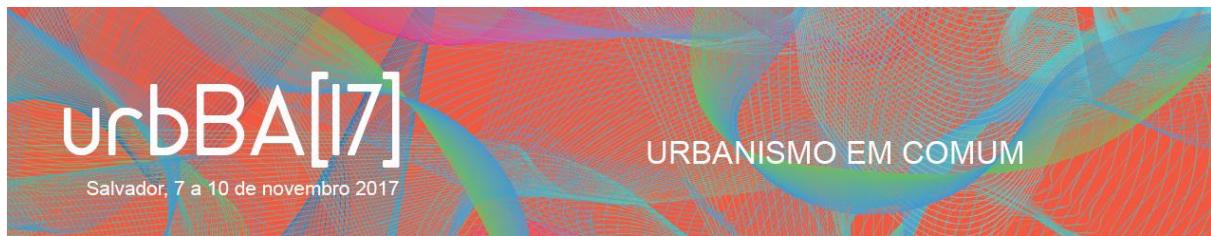
Tempo de Duração	Nº	%
+ 10 anos	8	21,06
+ 5 anos	12	31,57
+ 2 anos	15	39,47
+ 1 anos	2	5,27
+ 6 meses	1	2,63
Total	38	100

Fonte: Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital, 2017.

A maior parte dos coletivos possuem um tempo de duração superior a dois anos, o que indica que “as jornadas de junho” de 2013, repercutiu de modo significativo na propagação dos coletivos na periferia, questionando o acesso democrático à cidade e propondo chamamentos à cidadania ativa, provocando pequenas transformações na realidade local a partir do contexto da comunidade. Há também muitos coletivos com mais de cinco e dez anos de existência que somam mais de 50% do total, indicando que essa forma alternativa de intervenção no urbano já está presente na periferia paulistana desde o início dos anos 2000.

Percebe-se também que ao mesmo tempo em que o Estado é ausente nas áreas periféricas, é a presença dele através dos editais públicos – como o VAI I e VAI II, Redes e Ruas, entre outros, que em grande medida financiam os coletivos e suas atividades. Necessidades que vão desde as mais básicas, como pagamento de água, energia elétrica e limpeza, até a compra de computadores, equipamentos audiovisuais. Somente em junho de 2016, após mais de cinco anos de luta e resistência, foi aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito Fernando Haddad, a Lei de Fomento à Periferia. A elaboração da lei é fruto de uma articulação entre coletivos de diferentes regiões de São Paulo, diversas oficinas e fóruns de discussão a fim de buscar equidade e maiores investimentos culturais para as periferias. Entretanto, as descontinuidades de gestão e os congelamentos de verbas destinadas à cultura atingem diretamente a vitalidade desses grupos periféricos. A efetivação dessa lei é de suma importância para que os coletivos saiam da fragilidade financeira, além de colocar em pauta a periferia como produtora e consumidora de arte e cultura.

Durante as entrevistas, ativistas que integram os coletivos relataram dificuldade em relação a linguagem e formulação do modelo exigido pelos editais. Por isso, os coletivos que mais são contemplados pelos programas elaboram oficinas para auxiliar tecnicamente os interessados. Outra manobra para o fortalecimento da rede é a incorporação de atividades e

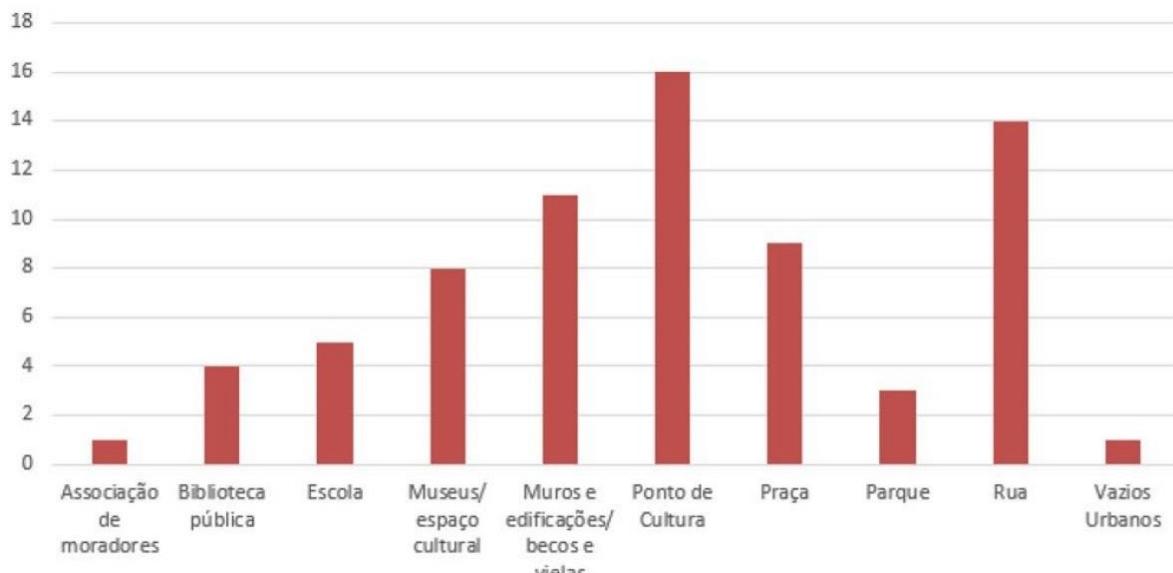


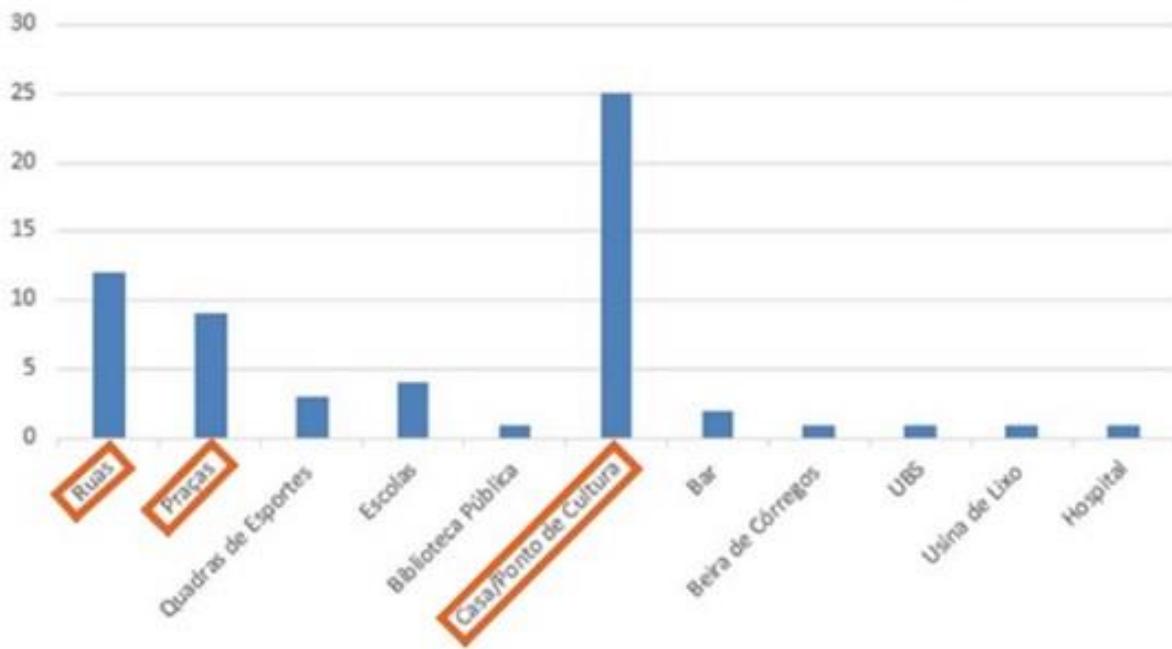
necessidades de outros coletivos no escopo de um mesmo projeto, a fim de que vários sejam contemplados através de um único edital. Percebe-se, assim, que a lógica do comum, ou do fazer comum presente há muito tempo nos espaços de informalidade e nas periferias, é retomada contemporaneamente nas estratégicas de sobrevivência, nas relações informais de compartilhamento e engenhosidade coletiva. A periferia se mostra como um campo aberto onde está posto a preexistência de situações de improvisação, com subversão da forma e desvio da função sugerida (Boufleur, 2006).

Apesar de uma certa dependência estatal, a institucionalização é um dos impasses enfrentados por esses grupos. Ao mesmo tempo em que pode significar uma forma de reconhecimento e legitimidade, sobretudo na luta pela distribuição de recursos, há uma perda de autonomia, uma vez que isso implica em uma série de exigências que mudam a estruturação e organização, com o estabelecimento de uma hierarquia mais rígida e clara, relatórios e prestação de contas, atividades programadas e etc, o que pode levar a um enfraquecimento das atividades voltadas para a comunidade. Alguns coletivos, contudo, veem na formalização uma forma de subverter o sistema vigente para obter informações, uma forma de *hackear* o sistema por dentro.

Pelo mapeamento dos territórios e agentes nas Zonas Leste e Norte de São Paulo, e suas ações de resistência e mobilização, também foi possível constatar que a atuação ainda ocorre majoritariamente na rua, transformada em espaço comum, definido pelas práticas que o constituem, com produção coletiva de regras (autogestão).

Gráfico 3 e 4: Espaços comuns usados como suporte para as intervenções nas Zonas Leste e Norte de São Paulo, respectivamente.



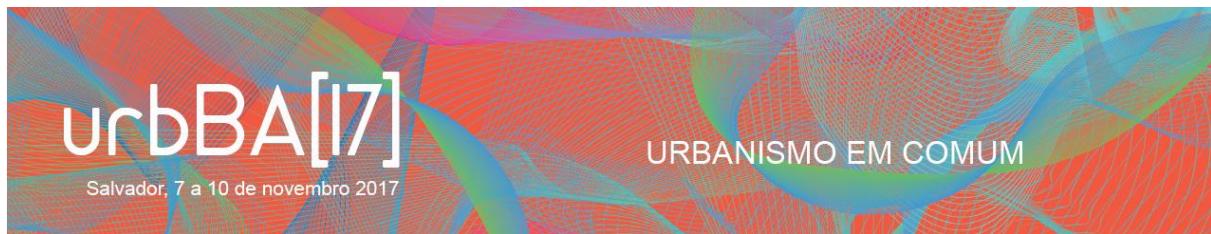


Fonte: Grupo de Pesquisa CNPQ Urbanismo na Era Digital, 2017.

Considerações Finais.

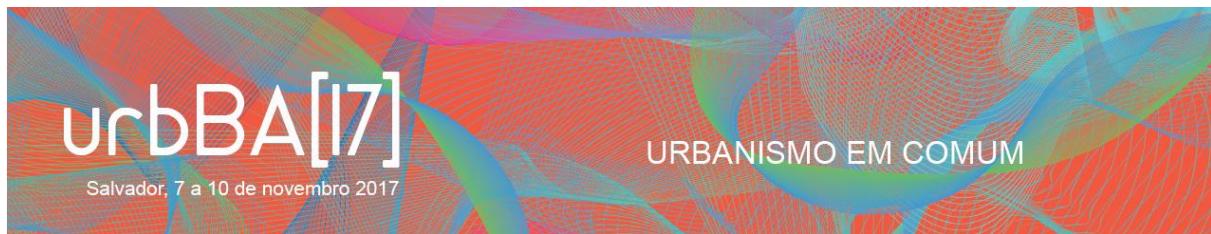
Como apontado, nós não temos uma longa história de uso do espaço público, e estar em áreas comuns requer prática e hábito. Por isso, a recuperação e a reelaboração de espaços comuns pelos cidadãos no Brasil, hoje em dia, representa a relevância dos principais movimentos de insurgência e questionamento nas cidades, especialmente em uma cidade de grandes proporções e tão complexa quanto São Paulo. Assim, esse levantamento de dados é imprescindível não só para o entendimento dessas experiências nas zonas periféricas de São Paulo, mas principalmente para servir de subsídio ao trabalho do arquiteto urbanista a fim de gerar soluções que realmente atendam à demanda da população, respeitando as diferenças culturais e os projetos já em andamento.

Percebe-se que as apropriações apontam para a possibilidade de conferir autonomia e independência diante de um sistema planificador, um sistema de relações sociais instituído. A ideia do comum urbano está presente nesses processos de apropriação e experimentações espaciais contra hegemônicas, reivindicando a cidade mais aberta e de acesso igualitário. Essa racionalidade alternativa periférica apresenta-se não só como crítica ou oposição a sua condição desigual na cidade, mas como cocriadora da sua realidade. Como força efetiva de oposição ao urbanismo neoliberal, enfatizam a dimensão simbólica do espaço e reivindicam um território como de pertencimento, politizando o saber técnico oficial de planejamento e intervenção no espaço urbano.



Referências

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALMEIDA, E. **A memória e a dimensão pública do espaço.** In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. Anais do III Enanparq. São Paulo: ANPARQ, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Poverty and income distribution in Latin America:** the story of the 1980s. Washington, D.C., 1993. (Report nº27).
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros:** Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: ed. Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CRUZ, P.D. **Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos Sessenta.** In: Belluzzo, L.G.M. & Coutinho, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: ed. Brasiliense, 1983. v. 2, p.57-106.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs:** Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34,1996, v. 1.
- GARCIA, A; LYNDON, M. **Tactical Urbanism:** short-term action for long-term change. London: Island press, 2015.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GERSHENFELD, N. **How to Make Almost Anything:** The Digital Fabrication Revolution. In: Foreign Affairs (91), 2012, p. 43-57.
- GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo.** Petrópolis: ed. Vozes, 2014.
- GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana:** a persistência de processos "insustentáveis". São Paulo: Perspectiva, vol.15 no.1, 2001.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitão:** Guerra e Democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.
- HARVEY, D. **Condição pós moderna.** São Paulo: ed. Loyola, 2003.
- HOLANDA, F. **Arquitetura e urbanidade.** São Paulo: ProEditores Associados, 2003.
- HOLLANDA, H. B. de. **Coletivos.** (Artigo publicado em 10.set.2013). Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>>. Acesso em: 10.mar.2016.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, P. B. **Microrresistências urbanas:** por um urbanismo incorporado. In: ROSA, M. L. Microplanejamento: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.
- LA CECLA, F. **Mente locale.** Per un'antropologia dell'abitare. Milão: Elèuthera, 1993.



LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.

_____. **Metafilosofia**: Prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Edições Loyola, 1998

NEGRI, A. **É a multidão que comanda a história**. In: Jornal Zero Hora, Caderno Proa, 2014. <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>> Acesso em: março, 2016.

PAIM, C. **Táticas de artistas na América Latina**: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados. Porto Alegre: ed. Panorama Crítica, 2012.

ROSA, M. L. **Microplanejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, B. (org.) Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVEIRA, S. A. da. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. In: REVISTA USP, São Paulo, n.86, p. 28-39, 32 junho/agosto 2010.

SOUTO, A. L.; PAZ, R. (org.). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Polis, 2012.

SZMRECSANYI, M. I. Q. F. **A Praça é do Povo?** Estado, Liberalismo e Espaço Público Urbano no Brasil. In: Mendoza Vargas, Ribera Carbó e Sunyer Martin. (Org.). La Integración del Territorio en un Idea de Estado: México y Brasil, 1821-1946. Mexico: Universidad Nacional de México + Instituto de Investigaciones Dr. Luis Mora, 2006.

WALLERSTEIN, I. **A esquerda mundial após 2011**. In: HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.